

A CULTURA POLÍTICA NA HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XIX LATINO-AMERICANO: O CASO PERUANO

PAUL JUAN MONTOYA VÁSQUEZ*

RESUMO

O ensaio pretende oferecer um balanço introdutório sobre as temáticas nas que a historiografia peruana tem implementado o uso do conceito Cultura(s) Política(s), a partir dos estudos recentes dedicados especificamente ao século XIX. Além de elencar alguns dos trabalhos importantes aparecidos nas últimas duas décadas, oferecer uma proposta de classificação nas linhas mais abordadas assim como destacar a influência presente dos respectivos debates de vertentes francesa e americana. Junto com isto, tentar localizar o desenvolvimento local na historiografia regional sobre o tema, a partir do contraste com alguns estudos sobre Cultura Política na História aparecidos recentemente na região (México, Argentina, entre outros). O objetivo principal é oferecer uma notícia historiográfica que acompanhe uma tentativa classificatória e a necessária reflexão final.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política; América Latina; Historiografia Peruana.

ABSTRACT

The essay intends to offer an introductory review of themes in which Peruvian historiography has implemented the use of Political Culture(s) concept, from recent studies specifically dedicated to the nineteenth century. In addition to listing some of the important works that have appeared in the last two decades, we seek to offer a classification proposal in the most discussed lines as well as highlight the influence of the respective debates of French and American inspiration. Along with this, we also try to locate the local development in the regional historiography about the subject, based on the contrast with some studies on Political Culture in History which recently appeared in the region (Mexico, Argentina, among others). The main objective is to offer historiographical news that accompanies a classificatory attempt and the necessary final reflection.

KEYWORDS: Political Culture; Latin America; Peruvian Historiography.

* Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em História pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Atualmente pesquisa na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, investigando principalmente os seguintes temas: Intelectuais no Peru, História Intelectual, História das Ideias e Positivismo. E-mail: paulmontoya77@yahoo.es.

INTRODUÇÃO

Cultura Política é um conceito hoje quase onipresente entre a historiografia dedicada ao tema político, a em seu momento chamada nova história política ou do político, em praticamente toda a historiografia ocidental e especificamente na história política produzida nas últimas três décadas em idioma espanhol.

Não é um exagero uma afirmação como a anterior, se tem-se em conta que um dos conceitos que *atravessam* a chamada renovação da história política no âmbito contemporâneo é justamente este. A atenção que a nova história política orienta em direção às crenças, convicções, atitudes, reformulações, táticas, práticas e discursos que os indivíduos, as massas, os componentes “menores” da estrutura e do jogo político ostentam ou evidenciam a partir de suas diversas formas de participação no espaço público e, portanto, no âmbito do político é uma das principais orientações ou características da renovação da chamada História Política ou do político.

Ou seja, uma das notas mais destacadas desta renovação, é uma ampliação ou redirecionamento do foco de estudo, que passa a atender personagens, eventos e discursos “relevantes” ou destacados até, junto com eles, uma ampla maioria dos participantes nestes referidos eventos e discussão-difusão de discursos; um segmento da população que participa de formas, por um lado mais indireto, mas, por outro lado, não menos eficazes na coisa política. E isto em razão de que é o conjunto destes indivíduos e sua ação a que finalmente define e determina quem, que e como os atores e os eventos vão adquirir relevância no espaço público e, portanto, nos âmbitos políticos. Por outro lado, majoritário em número e em poder, da política dos “grandes homens”, os “grandes eventos”, as “grandes causas”; seu necessário e majoritário complemento.

Esta renovada atenção nos comportamentos políticos de diferentes conjuntos dentro da sociedade, necessariamente se constituiu como uma bandeira de batalha no esforço de renovação de uma tradicional história política muito criticada justamente pela ausência ou distanciamento quase total do social, do âmbito mais bem real da história; seu sustento humano.

Dessa forma, a atenção em direção a diferentes formas de sociabilidade e outros desenvolvimentos dentro do chamado espaço ou esfera pública; a aproximação em direção a diferentes formas associativas dentro e paralelamente aos aparelhos estatais; o estudo da complexa dinâmica dos processos eleitorais a partir do advento da 'era republicana'; a interação discursiva a níveis “micro

políticos” presente na imprensa, missivas, proclamas, etc; o estudo do processo de conformação e a dinâmica interna dos partidos políticos; a análise do debate ou interação do discurso republicano ou republicanista frente a discursos conservadores ou radicais por parte de comentaristas, “gente comum” ou “autores menores”; e um amplo etc. São alguns dos âmbitos onde se tem manifestado este novo impulso da história do político, e em todos eles, a ideia desta ampliação do foco de análise, até espaços muito maiores que os clássicos estudos de eventos e personagens, se encontra *atravessada* por esta noção de trabalho investigativo, que em não poucos casos se acostuma denominar: Cultura Política ou seu plural.

Isto é, junto com suas possíveis indefinições, a amplitude e a permeabilidade deste conceito tem possibilitado que sua noção básica, a ampliação da área de estudo e a ênfase nas interações simbólicas dos indivíduos em nível político, seja um dos elementos mais presentes ou de fundo na ampla gama de investigações recentes dedicadas à história política, especificamente, no âmbito ibero-americano. Isto seguindo a perspectiva de Aljovín e Jacobsen, de uma visão pragmática do conceito cultura política (ALJOVÍN; JACOBSEN, 2007: 13). Noção a qual adiro.

O objetivo deste ensaio é oferecer uma apresentação, breve e necessariamente incompleta, de algumas das investigações dedicadas de forma mais direta ao estudo e desenvolvimento das culturas políticas peruanas, no âmbito do século XIX, aparecidos nas décadas recentes, portanto coincidindo com este processo de renovação da história política, em nível local.

Para isto também farei menção de alguns estudos que sobre a mesma temática discutem ou apresentam o tema da cultura política em alguns meios da região latino-americana, especialmente México e Argentina, por serem espaços (não os únicos) onde este debate tem recebido importante atenção.

Divido o ensaio em três partes: na primeira recapitulo brevemente o debate sobre o desenvolvimento do conceito de Cultura Política, pretendo, em um segundo momento, uma comunicação com o desenvolvimento que sobre este mesmo conceito se dá na historiografia em idioma espanhol, a partir de alguns exemplos ou estudos. Em uma terceira parte abordo a análise de alguns dos trabalhos sobre cultura política no século XIX que a historiografia peruana recente tem produzido. Incluo, ainda, algumas breves conclusões.

A CULTURA POLÍTICA E SUA(S) TRADIÇÃO(ÕES) HISTORIOGRÁFICA(S)

A noção em si do âmbito cultural ou simbólico aplicado ao político é ampla e tem recebido atenção por parte de especialistas não somente em Tocqueville senão, evidentemente, muito antes também. Mas há uma convenção entre os diferentes autores que abordam o tema, de que a proposta sistemática desde as ciências sociais contemporâneas de análise ou ênfase nas “crenças e atitudes” em relação ao político (ou seja, a coisa pública ou o âmbito do político), em determinados segmentos da população, a partir de análises (pesquisas) estatísticas e quantitativas, há um ponto de partida no sempre referido estudo de Almond e Verba do ano de 1963 (ALMOND; VERBA, 2001), que por sua vez tem seus antecedentes e seus desdobramentos posteriores.

Foi então a partir das ciências sociais e de suas propostas de análise quantitativas que o conceito de Cultura Política adquire um destaque contemporâneo. E é importante ressaltar que nesse âmbito, o da ciência política, este conceito tem sua própria história, ou seja, um período de introdução e desenvolvimento a partir do texto já referido, um período de decadência ou desuso (década de 1980) e um período de renascimento a partir dos eventos e mudanças políticas que acionou a queda do muro de Berlim em 1989, em razão da necessidade de atender aos elementos culturais ou simbólicos para poder compreender as dramáticas mudanças políticas desencadeadas desde então, até os dias atuais (ROMERO, 2006).

Ainda no âmbito norte-americano, o conceito foi objeto de desdobramentos e resignificações desde a área da teoria antropológica, especialmente por parte de Clifford Geertz (GEERTZ, 2005) em seu difundido texto sobre a interpretação das culturas, que também será analisado durante o desenvolvimento deste estudo. Nesta mesma área antropológica, o mexicano Roberto Varela (VARELA, 2005) discute também em vários textos (especialmente *Cultura e Poder*), a interação entre estes dois âmbitos e as chaves interpretativas que desde o espaço simbólico a noção de cultura política nos oferece para a análise social.

No âmbito da historiografia, esse debate também teve e tem ao presente uma ampla recepção que tem contribuído para produzir toda uma proposta de aplicação do conceito no estudo dos processos análogos ao presente, na história, não somente recente ou contemporânea, senão progressivamente também em períodos distantes, inclusive anteriores a extinção do chamado antigo regime

ou período pré-republicano¹.

Na apropriação desse conceito distingo, a partir de um estudo muito introdutório (leia-se incipiente), duas tradições ou desenvolvimentos que estão vinculados entre si, ou seja, tem estabelecido um diálogo fluido desde o início, mas que também admitem distinções: a americana (melhor dizendo, anglo-saxã) e a francesa.

Não é o espaço aqui em absoluto adequado para intentar uma apresentação das mesmas, apenas me limitarei a enunciar o que desde uma primeira aproximação, a meu ver, são uma espécie de duas escolas ou tradições, a partir das quais o debate sobre cultura política *Hispano-americana* se nutre e tem construído seus desdobramentos.

Antes de passar a listar autores, textos e o desenvolvimento do que acabo de anunciar como “duas tradições”, é relevante destacar um dos pontos em que ambas (anglo-saxã e francesa) estão claramente vinculadas e sinalizam esforços: suas temáticas ou objetos principais de estudo. A Revolução Francesa, especificamente, os aspectos simbólicos e culturais deste bastante estudado processo e, junto a essa, as chamadas Revoluções Atlânticas que abarcam desde a insurgência norte-americana até os processos independentistas ibéricos e hispano-luso americanos. São, em seu conjunto, a e as temáticas nas que os principais teóricos e desenvolvedores do conceito e da crítica ao redor da noção de Cultura(s) Política(s) têm viabilizado suas propostas de análise e métodos.

Evidentemente estes processos têm sido estudados por todo tipo de tradições historiográficas, em diversos períodos. Falamos aqui de uma proposta de estudo que, desde a Revolução Francesa e seu antecedente norte-americano, enfatiza no âmbito da cultura ou culturas (crenças, noções, convicções, mitos, atitudes e também práticas) para obter uma adequada ou mais ampla compreensão das características, por um lado inéditas e por outro, radicais ou de marcada ruptura, que estes momentos adquiriram. E que nem sempre tem sido de fácil explicação ou compreensão justamente, entre outros motivos, pela falta de atenção aos âmbitos simbólicos ou culturais do processo.

Na França, François Furet a partir de seu famoso título de 1978, *Pensar la Revolución*, inicia de alguma forma este giro interpretativo do processo revolucionário franco. Não obstante, Furet não entra no debate da ciência social americana e nesse sentido já

¹ Ver, por exemplo, PÉREZ NAVARRO (2017).

estabelece uma interpretação particular, revitaliza sim o conceito de cultura política a partir da década de 1980, e a apresenta como uma alternativa até esse momento de recorrente interpretação marxista e social da Revolução Francesa (BAKER, 2006: 91). Não é inocente nesse sentido que a primeira citação que Serge Berstein realiza em seu famoso artigo sobre o tema (BERSTEIN, 1999: 389) seja sobre a obra de Furet e especificamente os desenvolvimentos que suas análises sobre este processo contribuíram a produzir no âmbito francês, e também, fora deste.

A obra posterior a este texto que, podemos chamar, fundacional de historiadores como René Remond, Jean François Sirinelli, Roger Chartier, entre outros e desde logo o próprio Berstein, tem mantido esta característica: a de fazer referência especialmente a sua própria tradição. Dito de outro modo, a historiografia francesa não necessariamente tem tido muito em conta a matriz americana do conceito na ciência política. E isto, entre outras razões, provavelmente porque em sua própria tradição e já contemporaneamente aos trabalhos de Almond, por exemplo, tem discutido e desenvolvido o conceito de Cultura Política, já enunciado com esse mesmo nome, com alguns conteúdos ou características comuns, mas também desde uma interpretação própria e independente e, portanto, diferente também.

Minha afirmação nesse sentido é que falamos de dois desenvolvimentos paralelos, com pontos de contato e algum nível de diálogo, mas diferentes entre si. E esta é uma das razões pelas quais a discussão sobre cultura política na tradição francesa tem marcadas diferenças e, em alguns casos, pontos cegos, desconexos ou ausência de diálogo com a tradição anglo-saxã. Isto é, por momentos parece que se discutem duas teorias diferentes, ainda que com elementos em comum.

Esta afirmação que, justificadamente, pode parecer prematura ou incipiente, não necessariamente resulta sem sentido se temos em conta que autores como, por exemplo, Chartier não liam em idioma inglês até avançada a década de 1980 ou mais.² E, portanto, resultaria improvável que até esse período houvesse tido acesso direto ao debate sobre cultura política norte-americana (ALMOND,

² Chartier manifestou isto em uma mesa do II Simpósio Nacional de História Cultural, realizado no Rio de Janeiro em 2004, na qual eu estava presente (Mesa: Representação como conceito).

etc.).³ E que são condizentes com uma arraigada tradição franca de rivalizar com os desenvolvimentos de outras tradições, em especial a anglo-saxã, frequentemente baixo o expediente de ignorar esta. Tampouco é inocente o feito de que o já citado artigo de Berstein apenas faça uma muito breve menção do que ele chama de a teoria de "*los politólogos americanos de la escuela 'desarrollista', vivamente criticada al punto de que, al día de hoy, la ciencia política la rechaza completamente*" (BERSTEIN 1999: 393). Considerando que o artigo é publicado em 1997, em sua edição francesa, esta afirmação não resultaria muito exata, pois como se comentou o conceito tem um renascimento a partir de 1989. Berstein tampouco cita Almond, mas sim alguns críticos como Lucien Pye e Bertrand Badie.

O conceito de cultura política também teve e tem no presente uma recepção e tem sido objeto de resignificações na historiografia em idioma inglês. Neste caso e por óbvias razões sempre em referência à discussão elaborada por sua matriz na ciência política. Mas ao mesmo tempo tem sido objeto de uma apropriação que pode se definir como livre ou ampla. Algo como uma resignificação do conceito, muito ao estilo anglo-saxão, pragmático. Confesso que por razões de tempo, apesar de ter conseguido acesso a parte da bibliografia sobre o tema não pude realizar uma análise mais adequada ou profunda da mesma. E por isto me limito aqui a algumas generalidades. Em todo caso, o artigo de Formisano (FORMISANO, 2001) serve como um guia bastante detalhado de um debate que sobre cultura(s) política(s) se vem dando dentro desta tradição, e que continua no presente.

Lynn Hunt publica, em 1986, *Política, Cultura y Clase durante la Revolución Francesa* (HUNT, 2008). Onde intenta recuperar os valores comuns e as experiências compartilhadas que junto com as intenções coletivas dos diversos grupos atores da revolução constituíram o que esta autora denomina de a Cultura Política da Revolução.

Duas décadas antes, em 1967, Bernard Baylin oferece um estudo sobre *Los Orígenes ideológicos de la Revolución norteamericana* (BAYLIN, 2012), onde resume algumas de suas propostas de textos anteriores nos quais aplica ao estudo da história americana o conceito de cultura política, causando o que Formisano denomina como 'um tremendo impacto' (FORMISANO, 2001: 410). As

³ Há que recordar que o difundido texto de Chartier sobre as Origens Culturais da Revolução Francesa tem sua primeira reedição em 1990 e que se compõe de textos elaborados durante a década anterior. No mesmo tampouco se cita em algum momento Almond ou Geertz, por exemplo.

razões deste impacto se devem a aplicação precoce deste conceito da ciência política a estudo de grupos sociais norte-americanos no momento formativo de sua nação. Buscar compreender na história as crenças e atitudes em relação aos acontecimentos e discursos políticos de diferentes conjuntos da sociedade.

Mais recentemente, 1990, Keith M. Baker, retoma a discussão da aplicação do conceito em seu texto *Inventing the French Revolution* (BAKER, 1990), onde faz ênfase numa análise linguística das culturas políticas presentes na revolução. A afirmação básica de Baker (bastante debatida desde então) é de que a forma privilegiada para acessar ao estudo e compreensão das crenças e atitudes políticas de um grupo social, na história, é fundamentalmente a partir de seus textos, proclamações, discursos, ou seja, seus canais de expressão. Que é o que no presente temos como registro privilegiado dos eventos ou processos históricos. Uma aplicação do chamado giro linguístico ao estudo da cultura ou mentalidade política dos indivíduos. Como é sabido, parte importante dos representantes da historiografia francesa é relutante ou crítica em relação a estas aproximações.

Apesar do evidente diálogo entre estas duas tradições, o que além disso relativiza uma proposta que pretende apresenta-las de uma forma dividida (talvez artificialmente), também é perceptível que existem diferentes ênfases e pontos de discordância. Apenas um como exemplo: a referência clara que no caso da historiografia anglo-saxã existe aos desenvolvidos passados e contemporâneos da matriz do debate na ciência política. E que no caso da tradição francesa é claramente desatendido ou, simplesmente, ignorado.

Nesse sentido o conceito de Cultura Política, cultivado por mais de uma tradição⁴ se configura, por esse mesmo motivo, como um conceito amplo e passível de diversas apropriações. Dificilmente pode se falar de uma ortodoxia ou marcos muito definidos nesse sentido, e menos ainda de fidelidade ou grau de coerência. Porque em todos os casos, e devido a diversidade de aproximações, é possível que qualquer tentativa de reivindicar uma ortodoxia fracasse.

Nesse sentido, uma vez mais, uma aplicação mais bem ampla ou pragmática, que atenda ao uso do conceito a partir de suas

⁴ Não se deve deixar de ter em conta que é um debate aberto e que também outras 'tradições' participam de tudo isso. No caso da referida discussão sobre a cultura política na Revolução Francesa ver como exemplo o estudo do alemão Rolf Reichardt: *La Revolución Francesa y la cultura democrática. La sangre de la libertad* – Edição em alemão de 1998 – (REICHARDT, 2002).

componentes mais amplas, gerais e também operativos poderia ser uma opção talvez mais consistente.

CULTURA POLÍTICA E HISTORIOGRAFIA HISPÂNICA

Apenas algumas breves anotações sobre textos recentes que abordam o estudo das diferentes culturas políticas na região. Evidentemente falamos somente de alguns exemplos que podem servir como uma mostra parcialmente representativa do impacto que o conceito vem tendo na historiografia regional.

A historiadora argentina Pilar Gonzalez, radicada na França, publica em 1999 seu livro *Civilidad y Política en los Orígenes de la Nación Argentina. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829 – 1862* (GONZALEZ, 2008). A investigação se situa na capital Argentina no período referido na encruzilhada de três enfoques: a biografia comparada, a sociabilidade e a interação entre população e espaço urbano. Explora a partir destes elementos o encontro entre os indivíduos, a sociabilidade urbana e o processo político de organização nacional. Em um esforço por compreender como diferentes grupos urbanos interagem a partir do discurso e também das práticas com um intenso processo de conformação de um novo órgão político, que, além disso, no caso de Buenos Aires é cedo ou prematuro, e, portanto, tem à disposição poucas referências, é de alguma forma inédito.

Dentro desse processo, as crenças e convicções políticas de diferentes conjuntos que se expressam e podem ser apreendidas privilegiadamente no discurso social, servem a Gonzalez para intentar compreender essa cultura urbana de uma Buenos Aires, em seu período formativo, em relação ao político.

Como é evidente, existe um desenvolvimento amplo sobre a temática na historiografia argentina que aqui não vamos comentar.

No México encontramos outros exemplos relevantes. As compilações de Forte e Prada (FORTE; PRADA, 2006; FORTE; PRADA, 2009) são provavelmente um dos esforços mais interessantes para tematizar e discutir neste país a operabilidade do conceito ao estudo da história regional. Para estes historiadores mexicanos:

La cultura política es el conjunto de las representaciones colectivas e individuales o de los diseños mentales de los grupos e individuos, que inducen a la expresión de actitudes, comportamientos, normas, valores y creencias específicas, relativas a la comprensión del fenómeno político en los diferentes momentos y lugares históricos (FORTE; PRADA 2006: 7).

A partir da leitura de seus trabalhos se evidencia um domínio amplo, que também é representativo do debate mexicano, da literatura sobre o tema tanto em suas “versões” francesa como, e especialmente, anglo-saxã. Para Forte e Prada o debate recente sobre o conceito de culturas políticas e seus diferentes desdobramentos na academia americana é familiar e particularmente operativa. Sua opção é ampla, mas seus referentes teóricos se localizam visivelmente em maior número deste lado do atlântico. Utilizo novamente uma citação:

Prácticamente todos los acercamientos a la definición de cultura política presentes en esta compilación, coinciden en el reconocimiento del término a ideas, valores, actitudes, principios y prioridades, que orientan la acción de individuos y grupos hacia objetivos generales y específicos. Recuperan en otras palabras, las caracterizaciones hechas por autores como Gabriel Almond, Sydney Verba, Lucienne Pye, Giacomo Sani, Serge Berstein, Marcello Carmagnani y Keith Michael Baker, entre otros (FORTE y PRADA 2006: 11).

Em 2007, o Colégio do México publica uma compilação de artigos dirigida pelo historiador Guillermo Palacios, *Ensayos sobre la Nueva Historia Política de América Latina, Siglo XIX* (PALACIOS, 2007). Os diferentes ensaios contidos no texto se orientam a analisar, desde um ponto de vista teórico-metodológico, mas também a partir de situações empíricas, a natureza ou conteúdos principais das novas tendências na historiografia do político. Aplicado neste caso em direção a uma renovação dos enfoques da história política do subcontinente, "*anclados casi todos ellos en la revaloración de la historia de la cultura política y en ejercicios de amalgama entre historia de la cultura y la historia política propiamente dichas*" (PALACIOS, 2007: 9).

Da leitura dos variados textos do livro, especialmente os de caráter teórico, se desprende a conclusão com a que iniciávamos este breve ensaio. A noção ou conceito que se tem denominado como Cultura Política, desenha ou está presente de forma transversal em boa parte do esforço de renovação da chamada nova história do político.

Isto não por ser necessariamente um conceito que articula uma consistência teórica absoluta ou indefectível, e sim por coincidir ou contribuir claramente para guiar a ampliação temática que tem sido e é um dos elementos principais desta renovação. A noção de cultura(s) política(s) entendida em um sentido amplo (e quiçá

também pragmático) permite um redirecionamento e ampliação frutífera do esforço por historiar indivíduos e conjuntos, a sociedade, em seus diferentes aspectos orientados em direção ao político.

Esse mesmo ano, 2007, aparece na sua versão em espanhol, um texto que começa a aproximar-nos ao tema andino e peruano, mas que decidi comentar neste apartado por suas implicações também teóricas e por constituir uma interessante tentativa de aplicação da teoria e métodos da chamada Cultura Política em âmbito regional: *Cultura Política en los Andes 1750 – 1950*, editado por Cristobal Aljovín e Nils Jacobsen (ALJOVÍN; JACOBSEN, 2007).

A primeira parte desta reunião de textos se compõe de um interessante contraponto entre os compiladores do livro e o historiador britânico Alan Knigth, sobre a aplicabilidade de uma aproximação pragmática do conceito de Cultura Política, e as limitações ou possíveis insuficiências que o referido conceito tinha em quanto seu o rigor historiográfico e a sua operabilidade para a análise de conjuntos amplos, como uma nação ou o subcontinente latino-americano.

Enquanto Aljovín e Jacobsen são favoráveis às possibilidades que um uso dinâmico do conceito oferece para o estudo das manifestações do político em diferentes conjuntos da região, e em diferentes momentos históricos, Knigth é categórico em negar estas possibilidades ao conceito. Sua contribuição intitulada *¿Vale la pena reflexionar sobre la cultura política?* se fundamenta em dois supostos: Primeiro o de que cultura política é um conceito organizativo pobre que é melhor deixar de lado e, em segundo lugar, que na medida em que pode se aplicar este conceito a América Latina faltariam, principalmente, as evidências de uma cultura política comum.

Estas suposições ou conclusões antecipadas que podem parecer parciais ou tendenciosas ao serem afirmadas de início, serão sustentadas (ou pelo menos Knigth afirma fazer isto) ao longo de seu ensaio. As críticas que Knigth desenvolve sobre as imprecisões e limitações inerentes ao conceito de cultura política, especificamente enquanto as suas possibilidades de aplicação ao âmbito da historiografia ou estudo do passado, são importantes e vão ser tidas em conta, ou seja, vão atravessar todos os trabalhos do livro *Cultura Política en los Andes*. O esforço de uma maioria dos autores participantes, tanto em nível teórico como empírico, será por elaborar uma resposta consistente às interpelações elaboradas ao início para o historiador britânico.

Em si, isto já faz deste um texto especialmente interessante, na medida em que não se constituem como uma mera recopilação

de trabalhos empíricos em torno de um tema ou enunciado mais ou menos comum, cultura política. Senão que além disso se trata de um debate informado e profundo sobre a viabilidade e potencialidades do conceito referido enquanto a sua aplicação à prática histórica, por outro lado enquanto a região latino-americana e, pontualmente, a diferentes processos dos países andinos (Colômbia, Equador, Peru e Bolívia). O contraste entre a discussão teórico-metodológica e sua reavaliação também a partir de trabalhos empíricos, resulta em todos os casos, enriquecedor.

Os interlocutores (Aljovín, Jacobsen, Knigt) demonstram em todo o trabalho um amplo conhecimento do debate teórico em torno do conceito cultura política, especialmente no âmbito do debate anglo-saxão (é sintomático que em toda a discussão Berstein não seja citado. Parece que para os autores não existe necessidade disso para discutir a teoria da cultura política). E é neste ponto onde desejo sugerir uma primeira conclusão deste artigo. Na historiografia em idioma espanhol, por razões de tradição acadêmica e outras, e a diferencia da historiografia brasileira, é perceptível uma ênfase nas discussões que sobre diversos temas historiográficos se realizam no âmbito anglo-saxão, e um conseqüente descuido do debate francês.

No caso das aplicações do conceito de Cultura Política, dentro do esforço de renovação da história política em nível regional, isto também é assim. Pelo menos esta é minha impressão a partir da aproximação a alguns exemplos do debate sobre o tema na região. Na maior parte destes casos os autores, ainda que fazendo referência ao debate francês (não sempre), enfatizam um manejo amplo e um desenvolvimento detalhado do desdobramento que o conceito vem tendo no debate em idioma anglo, que certamente vai muito além das discussões inaugurais na ciência política. De fato, muitos dos textos referência destes debates tem recebido traduções ao espanhol, que são as que preferencialmente tenho citado até aqui.

Este caráter me parece oferecer um ponto de interesse, ou elemento a ter em conta, no esforço por contrastar as aplicações do conceito cultura política nas historiografias recentes hispânica e luso-americana (brasileira), e na possibilidade de estabelecer um diálogo. A necessidade de uma tradução, não somente idiomática, mas também conceitual. Quando se discute cultura política nas academias hispânicas será necessário ter em conta os pressupostos teóricos desde onde esta tradição particularmente se nutre, o debate anglo-saxão. E no caso do Brasil, o debate francófono. Assim também evitar possíveis confusões.

A CULTURA POLÍTICA NA HISTORIOGRAFIA DO SÉCULO XIX PERUANO

A renovação que a História Política vem usufruindo, até as últimas décadas, na região tem tido uma expressão ostensiva na historiografia peruana, particularmente a dedicada ao estudo dos processos do século XIX local. Minha opção por este recorte temporal obedece a dois motivos. Como acabo de mencionar, é particularmente na historiografia dedicada a este século onde conceitos como o de cultura política têm sido mais aproveitados nas últimas décadas. E por outro lado, por ser este o período em que se demarcam meus interesses de pesquisa.

São diversos os estudos que de diferentes maneiras tem incorporado as temáticas recentes no âmbito da história política no meio acadêmico peruano. Abordarei aqui unicamente alguns exemplos que de forma mais direta fazem uso do conceito de Cultura Política para desenvolver seus objetos de estudo. Uma vez mais utilizarei destes exemplos para oferecer uma amostra representativa.

Um dos temas que atravessam os textos de história política dedicados ao século XIX peruano é o republicanismo. Isto é, o processo mediante o qual, tanto em nível de discurso como o das práticas, diferentes conjuntos da população vão incorporando e fazendo próprio o ideário cívico-republicano. Como se sabe este é um processo que fornece o marco político do século XIX, suas idas e vindas são as que conformam os eventos políticos destacados no século. Pode se dizer sem exagerar que este é o grande debate do período. Portanto, os estudos dedicados aos diferentes desenvolvimentos da cultura cívica no XIX peruano não poderiam estar isentos de participar ou se referir amplamente a este processo: o complexo movimento de difusão local dos valores, crenças, atitudes, mitos e práticas republicanas. Seus andamentos e retrocessos.

Em 1997 aparece em Lima a publicação da historiadora Carmen McEvoy, *La Utopía Republicana. Ideales y realidades en la formación de la Cultura Política Peruana 1871-1919* (MCEVOY, 1997). Este é um dos trabalhos que iniciam uma lenta ainda que constante recuperação da área da história política na historiografia local. Produto de sua tese de doutorado em História (Universidade da Califórnia) McEvoy intenta uma ampla análise neste trabalho. O ponto de partida é uma crítica à escola dependentista que sustenta que a política latino-americana estava marcada por sua situação de

inferioridade frente às potências criando, deste modo, uma carência de autonomia às elites. Ou seja, que a Inglaterra do século XIX e os Estados Unidos da América do Norte do século XX foram os forjadores da história dos países ao sul de Rio Grande significando que os países latino-americanos sejam considerados como objetos e não sujeitos do fazer historiográfico.

Transgredindo dita postura, a autora sustenta que existiu uma autonomia frente aos grandes países do “primeiro mundo” no aspecto político ressaltando os atores e eventos políticos locais. Por outra parte, o livro destaca o fator cultural que, certamente, reduz em muito a liberdade aos atores os convertendo, em alguma medida, em objetos de sua própria cultura. Dessa forma, McEvoy minimiza a influência dos fatores externos e incide nos aspectos internos tanto individuais como culturais. Para conseguir sua tarefa de misturar análise de cultura com personagens e eventos históricos, a autora combina dois estilos: a narração e o ensaio histórico.

O tema central do trabalho de McEvoy é a análise da cultura política demarcada nos ideais republicanos que se vincularam a diversos projetos de modernidade política no Peru do século XIX. A autora conclui com uma afirmação não necessariamente óbvia no contexto de uma historiografia marxista de tendência rupturista. A da necessidade de voltar em direção ao estudo do século XIX para encontrar entre os discursos e práticas políticas dos diversos grupos e atores políticos, as raízes do republicanismo peruano contemporâneo, inaugurado décadas antes de, por exemplo, a chamada geração do centenário (Mariátegui e companhia)⁵.

Cristobal Aljovín, publica nos ano 2000, seu trabalho *Caudillos y Constituciones. Perú 1821-1845* (ALJOVÍN, 2000). Também produto de sua tese de doutorado realizada na Universidade de Chicago, este texto se constitui um novo marco no processo de renovação da história do político local. Como o autor afirma já no início de seu estudo:

Este libro busca explicar la cultura política que surgió en el Perú después de la guerra de independencia, esto es, intenta entender los supuestos, las expectativas, las formas de respuesta y la cultura relevante para la conducción de los asuntos públicos. El objetivo es

⁵ Passados vinte anos da publicação deste livro que tem-se convertido já em um clássico da historiografia peruana, e um ponto central dentro do processo de renovação da história política peruana, tenho notícia da aparição de uma nova edição do livro, no ano 2017.

comprender la gama de discursos y las prácticas simbólicas con las cuales las personas o los distintos sectores sociales negociaron sus intereses (ALJOVIN 2000: 17).

O tema do livro é a interação que os diferentes projetos caudilhistas, que dominaram as convulsionadas primeiras décadas do século XIX peruano, com uma lógica de discurso dominante ancorada na linguagem republicana. De forma que diante dos constantes Golpes de Estado estes caudilhos e os diferentes grupos de poder que respaldaram seus projetos tiveram necessariamente que estabelecer um diálogo com a lógica constitucional para se legitimar, ou seja, oferecer Constituições. De modo que o feito de que no período tenham aparecido uma quantidade surpreendente de documentos legislativos (Cartas Magnas) para além de um sintoma da instabilidade do período, também demonstra a lógica hegemônica de legitimação política do momento: o modelo constitucional. Não basta obter o poder mediante a força, é necessário legitimar estas tentativas na lógica do discurso predominante. Ser republicano, ou pretender parecê-lo.

Outros trabalhos dos mesmos autores tem desenvolvido vários aspectos destas temáticas. É importante levar em conta estes estudos iniciais e em geral a produção destes investigadores para acompanhar os desenvolvimentos que em nível local se tem realizado sobre o tema de culturas políticas no século XIX peruano. É sintomático por outro lado que ambos tenham realizado seus estudos de especialização (doutorados) na América do Norte (McEvoy desenvolve sua atividade acadêmica neste país) para entender também os pressupostos dos quais se nutre este desenvolvimento da história política peruana.

Como mencionado, Aljovín junto com Nils Jacobsen publica em 2007, a compilação de artigos *Cultura Política en los Andes*. Nas diferentes contribuições do livro, articulistas como Charles Walker (USA), Rosana Barragán (Bolívia), Carlos Contreras (Peru), Brooke Larson (USA), Kim Clark (USA), os já mencionados Jacobsen, Aljovín e Alan Knight, entre outros, debatem sobre as possibilidades teóricas e de método, ou seja, de aplicação a estudos empíricos específicos, que o conceito de Cultura Política oferece para, por exemplo, diferentes objetos de estudo em história política andina de entre séculos (XIX e XX).

As contribuições giram em torno a diversos temas de história local, alguns bastante específicos e outros mais bem amplos. Mas todas elas têm um objetivo ou desafio claro, colocar a prova o

conceito. O que de por si constitui este trabalho como uma referência muito importante entre os estudos de história política recente, especificamente enquanto a sua aplicação ao âmbito do simbólico e o político-cultural.

Em 2009, o crítico literário Marcel Velásquez, reúne um novo conjunto de artigos de vários autores sob o título *La República del Papel. Política e imaginación social en la prensa peruana del siglo XIX* (VELÁSQUEZ, 2009). Neste trabalho conjunto se aborda o tema da imprensa peruana oitocentista como uma fonte privilegiada para perceber as ambiguidades na elaboração de um projeto de construção nacional, marcado de formas não sempre veladas por um carácter racista. Ou seja, que o discurso jornalístico por seu carácter mais informal e direto, em relação por exemplo ao discurso político clássico, permeia ou deixa ver com maior claridade as ambiguidades ou aparentes contradições de um discurso republicano-ilustrado que imagina e restringe atores como a mulher ou índio para as margens deste projeto.

Para Velásquez e os articulistas do livro, o texto jornalístico, as folhas volantes, os diários e as revistas democratizam, por um lado, os canais de expressão dando voz a um grupo cada vez maior de atores tanto em nível social como político, e por outro, democratizam também a experiência da leitura, imprimindo novas formas de sensibilidade e sociabilidade al século XIX peruano. Em palavras do compilador:

La prensa no solo fue un medio de comunicación, sino un complejo tramado de actores políticos, discursos culturales y redes materiales: una república del papel que se instaló, como una constelación de signos cargada de razón, pasión e imaginación, en el centro de una sociedad que todavía sobrevive entre nosotros (VELÁSQUEZ: 40).

Victor Peralta, historiador peruano radicado na Espanha, apresenta uma investigação desdobramento de seus trabalhos prévios, em 2010: *La Independencia y la Cultura Política Peruana 1808-1821* (PERALTA, 2010). O tema central de seu trabalho é o estudo de um processo de transformação de valores culturais no âmbito do político que acontece previamente e acompanha os processos de independência na América espanhola, especificamente no vice-reinado e posterior república peruana. Nesse sentido, acompanha a afirmação de boa parte da historiografia recente que estuda o processo atlântico das independências americanas, na medida em que todos estes

processos evidenciam uma clara conexão ou interdependência direta não somente em nível factual senão principalmente discursivo.

A afirmação básica é que a cultura política no vice-reinado peruano pode se transformar e se modernizar devido a recepção do liberalismo hispânico, concentrado de forma ideologicamente intensa nos debates que acompanharam a instalação das Cortes e a posterior emissão da Constituição de Cádiz (1812). Foi o discurso hispânico central, em sua versão liberal, então que deu impulso ao processo mediante o qual as colônias americanas puderam imaginar e desenvolver seus projetos políticos como entidades independentes. Segundo nos diz Peralta:

Entre 1808 y 1825 se impuso en Hispanoamérica una nueva cultura política, o lo que es lo mismo, se transformaron definitivamente los valores, las expectativas y las prácticas simbólicas que moldean las intenciones colectivas con relación a un sistema político a partir del lenguaje, el imaginario y otras formas de representación (PERALTA 2010: 15).

No mesmo ano, o peruanista alemão Ulrich Mücke publica *Política y burguesía en el Perú. El Partido civil antes de la Guerra con Chile* (MÜCKE, 2010). O título original em idioma alemão e inglês do trabalho mantém a menção do tema central (*Political Culture in Nineteenth-Century Peru: The Rise of the Partido Civil*, 2004). Mücke se interessa por abordar o tema da dinâmica interna de conformação do primeiro partido político organizado de corte civil ou civilista na república peruana, na década de 70 do século XIX.

Para além de uma biografia coletiva de políticos e uma básica anúnciação de suas propostas programáticas, Mücke tem especial interesse em entender as dinâmicas do debate interno pré-partidário que possibilitaram a reunião e conformação de um projeto político civil, em um contexto dominado pela hegemonia militar, a partir da necessidade de uma implementação plena ou, melhor dito, eficaz do discurso liberal republicano no Peru oitocentista. Ou seja, a criação de um novo modelo político e o aparato discursivo que o viabilizaria. E uma vez isto realizado, os mecanismos mediante os quais este projeto político, que sequencialmente se transformaria em um projeto de estruturação (reestruturação) nacional, consegue dobrar todo um aparelho político-organizativo em diversas regiões do país que lhe permitiram ter êxito eleitoral, portanto modificar o modelo político nacional até então imperante e em um futuro obter

além disso a hegemonia no manejo político do país. Previamente claro uma significativa interrupção durante a confrontação bélica com o país do sul, Chile.

Mas, qual seria o vínculo deste esforço com o tema que vimos tratando? Poderíamos responder de forma simples: tudo. Mas o historiador alemão nos detalha de forma mais adequada:

Se sobreentende que esta forma de analizar la historia política se enmarca dentro de los estudios de lo que se suele llamar 'cultura política'. El éxito del término es bastante reciente y tiene su génesis en el (re)descubrimiento de la esfera política como parte constitutiva de la existencia humana por derecho propio, aunque no del todo independiente. Fueron varios estudios sobre la revolución francesa que estuvieron a la cabeza de este giro (MÜCKE 2010: 21).

A continuação o autor se deterá algumas páginas a anunciar os principais postulados do debate teórico sobre cultura política contemporânea, que dão marco a seu estudo. Hunt, Baker, Geertz, Guerra, Knighth desfilam nestas páginas. Nenhuma menção a Berstein, o que novamente é sintomático.

Em 2012, o sociólogo argentino, Carlos Forment publica *La formación de la sociedad civil y la democracia en el Perú* (FORMENT, 2012). O ambicioso estudo das costumes, crenças e práticas políticas da sociedade oitocentista peruana, elaborado por Forment, oferece um significativo esforço por compreender a dinâmica cultural da complexa sociedade peruana, ou seja, de seus diferentes conjuntos de cidadãos, no período.

Como ele mesmo anuncia em sua introdução, o modesto objetivo do autor, é realizar a obra que Tocqueville houvesse escrito no século XIX se viajasse para a América Latina em vez de o fazer para os Estados Unidos. A partir da análise de um variado conjunto de fontes da época (jornais, panfletos, folhetos, revistas, cartas e diários de viagem) procura responder as perguntas de como, quando e onde surgiram formas de vida democráticas no Peru oitocentista.

A conclusão sobre as questões de Forment é interessante para nossa análise. Segundo o autor as práticas democráticas no Peru oitocentista surgiram na vida cotidiana de centenas de associações civis, econômicas e políticas que começaram a emergir ao longo de todo o país no século XIX. Em opinião do autor, estas práticas ofereceram aos cidadãos um “modelo de” e um “modelo para” ir transformando os hábitos cívicos e democráticos baseados na igualdade social, a liberdade política e o reconhecimento mútuo.

Finalizarei minha breve análise mencionando as relativamente recentes publicações de Cecilia Méndez, *La República Plebeya. Huanta y la formación del estado peruano 1820 – 1850* (MÉNDEZ, 2014), e o historiador argentino Pablo Ortemberg, *Rituales del Poder en Lima 1735 – 1828. De la Monarquía a la República* (ORTEMBERG, 2014). No caso de Méndez falamos de uma análise do processo de incorporação e debate do discurso republicano desde fora dos âmbitos institucionais, ou seja, fora do poder central. A historiadora peruana, radicada na América do Norte, utiliza como objeto de sua análise a rebelião para o realista dos camponeses Iquichanos, que mantiveram sua postura de defesa dos direitos do rei da Espanha vários anos depois de plenamente instalada a república peruana. Além disso dos breves eventos bélicos, Méndez analisa as reapropriações discursivas que um conjunto de camponeses, em sua maioria analfabetos e representados por letrados de província, realizam em sua intenção por defender um padrão cultural incorporado durante centenárias de regime colonial, e a necessidade de reconfiguração na nova ordem republicana como cidadãos participantes do processo de negociação política.

Ortemberg analisa os rituais políticos a partir dos que se construiu a autoridade real e as hierarquias sociais no vice-reinado dos últimos Bourbons, mantendo modelos relativamente estáveis. No cruzamento da história política e cultural, o texto pretende explorar os usos e os sentidos dos rituais, assim como as trocas e continuidades nas festas do poder real, posteriormente independentista e finalmente republicano, no período que vai de 1735 a 1828.

* * *

A partir desta breve análise se faz evidente a importância de que uma noção como a de Cultura Política tem tido no processo de renovação da história política peruana. Como se mencionou no início de forma um tanto provocativa, o conceito *atravessa* esta ampliação de objeto que caracteriza a mencionada renovação. Ou seja, está presente de formas mais ou menos diretas em uma clara maioria dos trabalhos dedicados ao tema do político, neste caso no século XIX peruano.

Mas esta presença também deixa distinguir uma característica da apropriação ou o uso que se faz do conceito na historiografia peruana, característica, além disso, que é compartilhada (como propomos) por parte importante da historiografia da região

hispânica. Que é uma aplicação ou ressignificação do conceito, por um lado, em seu desenvolvimento particularmente anglo-saxão. No que os historiadores e teóricos hispânicos desconhecem ou não atendam aos desenvolvimentos que autores como Furet ou Berstein tem realizado sobre o assunto, em todos casos estes autores são referências claras. E sim enquanto a ênfase ou atenção dada a articulação do conceito em sua matriz americana desde a ciência política (Verba), passando pela reflexão antropológica (Geertz) e culminando em um importante desdobramento do conceito nos âmbitos da historiografia (Hunt, Baylin, Baker, mencionando os "clássicos"). E, por outro lado, e ainda dentro desta tradição anglo-saxã, com um marcado caráter que autores "locais" como Aljovín e Jacobsen anunciam como *pragmático* (Jacobsen na realidade é estadunidense).

Ou seja, a impressão que uma primeira análise da historiografia hispânica (neste caso, peruana) desprende é a de que na aplicação do conceito de Cultura Política, particularmente na área historiográfica, existe uma abertura ou ampliação teórica. Uma espécie de uso pragmático da noção, e, portanto, talvez também mais operativa ou dúctil. Dito de outro modo, a aplicação ou uso da noção, na abordagem de diferentes objetos de estudo e variados momentos históricos, mantém específica e especialmente as noções mais estendidas do termo ou conceito, vinculadas à ampliação do objeto (grupos, massas, conjuntos sociais) e a ênfase das dimensões simbólicas do processo político (cultura, símbolos, discurso).

Nesta perspectiva ampla ou pragmática, que por um lado é passível de críticas inclusive bem elaboradas como a de Knigth, enquanto a seu caráter geral e em consequência também inconsistente (é tudo e, portanto, também é nada); por outro lado, permite uma aplicabilidade e um uso do conceito bastante operativo. Ou seja, se despojando de certa ortodoxia teórica, ao tempo que se 'dilui' também se reconfigura como mais funcional. Perde para ganhar.

É o que, na minha opinião, evidenciam as diferentes e muito abertas adaptações que a noção tem recebido na historiografia recente do político sobre o Peru do século XIX.

REFERÊNCIAS

- ALJOVIN, Cristóbal. *Caudillos y constituciones: Perú: 1821-1845*. Lima: IRA-FCE, 2000.
- ALJOVIN, Cristóbal; JACOBSEN, Nils. *Cultura Política en los Andes, 1750-1950*. Lima: UNMSM, 2007.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. La Cultura Política. In: BATLLE, Albert (Org.) *Diez textos básicos de ciencia política*. Barcelona: Ariel, 2001, p. 171-201.
- BAKER, Keith M. *Inventing the French Revolution: Essays on French Political Culture in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Revista Ayer*, n. 62, 2006, p. 89-110.
- BAYLIN, Bernard. *Los orígenes ideológicos de la Revolución norteamericana*. Madrid: Tecnos, 2012.
- BERSTEIN, Serge. La Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François (Orgs.). *Para una historia cultural*. México: Taurus. 1999.
- CHARTIER, Roger. *Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVII: los orígenes culturales de la revolución francesa*. Barcelona: Gedisa, 1995.
- FORMENT, Carlos. *La formación de la sociedad civil y la democracia en el Perú*. Lima: PUCP, 2012.
- FORMISANO, Ronald. The concept of political culture. *Journal of Interdisciplinary History*. Vol. 31, n. 3, 2001, p. 393-426.
- FORTE, Riccardo; PRADA, Natalia (Orgs.). *Cultura Política en América: Variaciones regionales y temporales*. México: UAM, 2006
- _____. *Tradicón y modernidad en la historia de la cultura política: España e Hispanoamérica, siglos XVI-XX*. México: UAM, 2009.
- FURET, François. *Pensar la Revolución Francesa*. Barcelona: Ediciones Petrel. 1980.
- GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: GEDISA, 2005.
- GONZALEZ, Pilar. *Civilidad y Política en los Orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: FCE, 2008.
- HUNT, Lynn. *Política, Cultura y Clase durante la Revolución Francesa*. Córdoba: UNC, 2008.
- MC EVOY, Carmen. *La Utopía Republicana: ideales y realidades en la*

formación de la cultura política peruana 1871-1919. Lima: PUCP Fondo Editorial, 1997.

MÉNDEZ, Cecilia. *La República Plebeya: huanta y la formación del estado peruano 1820-1850*. Lima: IEP, 2014.

MÜCKE, Ulrich. *Política y burguesía en el Perú: el Partido civil antes de la Guerra con Chile*. Lima: IFEA-IEP, 2010.

ORTEMBERG, Pablo. *Rituales del Poder en Lima 1735-1828: de la Monarquía a la República*. Lima: PUCP, 2014.

PALACIOS, Guillermo. *Ensayos sobre la Nueva Historia Política de América Latina, Siglo XIX*. México: Colegio de México, 2007.

PERALTA, Victor. *La Independencia y la Cultura Política Peruana 1808-1821*. Lima: IEP, 2010.

PEREZ NAVARRO, Mónica. Cultura política en el Antiguo Régimen: distinción, políticas de segregación y conquista de espacios de interpelación en la Nueva España. *Revista deel Colegio de San Luis*. Año VII, n. 13, ene-jul 2017, p. 132-154.

REICHARDT, Rolf. *La Revolución Francesa y la cultura democrática: la sangre de la libertad*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

ROMERO, Javier de Diego. El concepto de 'cultura política' en ciencia política y sus implicaciones para la historia. *Revista Ayer*, n. 61, 2006, p. 233-266.

VARELA, Roberto. *Cultura y poder: una visión antropológica para el análisis de la cultura política*. México: Anthropos Editorial, 2005.

VELÁSQUEZ, Marcel Velásquez. *La República del Papel. Política e imaginación social en la prensa peruana del siglo XIX*. Lima: UCH, 2009.

Recebido em 31.10.2018

Aprovado em 07.12.2018